

## Resenha “GRAMSCI E A REVOLUÇÃO RUSSA”; LOLE, Ana, GOMES, Victor Leandro Chaves e ROIO, Marcos del (orgs.). Rio de Janeiro: Mórula, 2017

*Fernando Roberto de Freitas Almeida\**

No Brasil pós golpe de 2016, as brasas sempre presentes do conservadorismo estrutural do país vêm sendo realimentadas por ventos de uma onda ainda mais conservadora, com conotações profascistas evidentes. Embora se costume analisar que o eleitorado tenderá à busca de uma opção centrista, nas eleições que se estão aproximando, o simplismo das soluções apresentadas pela direita de um país que vivenciou mais de 350 anos de escravidão encontra boa receptividade. Basta aos direitistas apontarem para maneiras de preservarem o status quo de uma das sociedades mais violentas e desiguais do mundo, afinal, o aparato jurídico-constitucional já se mostrou apto à validação desses intentos. Devido a isso, Gramsci, como analista cuidadoso da superestrutura no capitalismo, que é jurídica, política e ideológica, é a cada dia mais essencial à compreensão do que ocorre por aqui. Nesse ambiente tóxico, a prática de tentativas de demolição de visões que sirvam de embasamento ao melhor entendimento de nossa realidade vem proliferando, com amplo apoio dos meios de comunicação, praticamente todos eles movidos por interesses comerciais próprios, classistas e sem preocupação com seus Manuais, proponentes de isenção e de busca de ouvir opiniões contraditórias. Sabemos que nada disso existe na prática e que essa demonização permanentemente prossegue, justamente porque as ideias que quer combater continuam válidas e ainda acessíveis a quem se interessar por elas.

Por conseguinte, um dos autores mais citados, há muito tempo, por quem quer entender a evolução da sociedade brasileira e, também, por quem deseja bloquear a discussão, distorcendo e mutilando seu pensamento, é o italiano Antônio Gramsci (22 de janeiro de 1891 a 27 de abril de 1937). Por décadas, o poder de análise de Gramsci esteve restrito a uma comunidade intelectual que percebeu o alcance de sua crítica, tanto às democracias liberais, como à formação e atuação da União Soviética. Seus “Cadernos do Cárcere” foram divulgados apenas a partir de 1975 e nunca mais deixaram de ser lidos e analisados.

\* Professor Doutor adjunto do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), lecionando no Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos (DEI) e no Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos, da Defesa e da Segurança (PPGEST) da UFF.

Após o desaparecimento da experiência da economia planificada soviética, seus textos ganharam maior divulgação entre nós e, evidentemente, levaram a reações hostis, marcadamente caracterizadas por distorções, muitas vezes de fato “mercadológicas”. Vale dizer, no atual momento brasileiro, o nicho para a divulgação de “opiniões” conservadoras sem profundidade foi muito ampliado. A mera publicação de livros de um astrólogo criador de *slogans* e suas elevadas vendagens servem para exemplificar a situação precária das discussões em curso.

Como Gramsci afirmou, nos Cadernos, “o simples fato de o dominante ter de ostentar todos os seus métodos/recursos demonstra o cálculo que ele faz do seu adversário”. Por fazer esses cálculos, por saber que é possível construir um mundo diferente, entendendo-se como se formaram as raízes do atual, que é em si uma imensa distopia, é que se procura a desqualificação das análises e dos experimentos que buscam a constituição de uma outra sociedade, em que a própria noção do que é ter poder seja modificada. Em suma, uma imensa batalha que se trava em uma “guerra de posição”, na qual as respostas às ações dos adversários políticos não precisam ser primariamente militares, mas que se devem constituir no confronto de projetos, ideologicamente fundamentados.

Nesse sentido, deve ser saudada a publicação do livro “Gramsci e a Revolução Russa” uma coletânea de textos de pensadores variados, organizada pelos professores Ana Lole, Victor Leandro Chaves Gomes e Marcos del Roio (lançado pela Mórula Editorial, 270 páginas). Nele, abordam-se diferentes aspectos da obra gramsciana, relacionando-a principalmente ao conceito de revolução. O centenário da Revolução Russa deu o ensejo a que se fizesse essa obra, tornada, a partir de agora, uma referência nas leituras sobre o tema. A importância dos eventos de 1917 na Rússia é tamanha, que um historiador do porte de Eric Hobsbawm considera ser ela a grande marca do século XX. Para ele, a própria delimitação desse século deve ser centrada no tempo em que se tentou produzir um novo tipo de sociedade, sobre novo ordenamento moral, uma opção de modernidade mais avançada socialmente, politicamente e economicamente do que a criada pelas sociedades do “Ocidente”. Seria um “breve século XX”, definido pelas décadas entre 1917 e 1989, ou 1991.

Os organizadores do livro foram felizes na escolha dos autores, montando um mosaico de singela beleza, no qual os campos da Ciência Política (cinco autores), História (quatro autores), Educação e Filosofia (dois autores em cada um deles), Comunicação e Serviço Social (um autor cada) se articulam de modo equilibrado.

Como apontou um dos organizadores, o professor Victor Leandro Chaves Gomes, em outro livro (2015, p. 53) “Os socialistas e esquerdistas de hoje parecem não sonhar com um futuro qualitativamente diferente do presente. Em outras palavras, o radicalismo já não acredita em si próprio”. Contudo, o próprio Gramsci, mesmo passando por tudo que passou, seus longos anos na prisão, doenças, e a inevitável dificuldade de comunicação com o exterior, tinha profunda aversão ao fatalismo. “Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha para mim, a longo prazo”. É um dos apontamentos nos “Cadernos do Cárcere”.

A amplitude da análise gramsciana a fez merecedora de pesquisas mundo afora e, em sua terra de origem, a desigual e complexa Itália (um exemplo de economia e sociedade du-

ais, como o Brasil, sempre citada nos estudos desse tipo de situação), lançou-se, em 2009, um vasto *Dizionario Gramsciano 1926-1937* (organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza). Também lançado em nosso país, em 2017, o Dicionário reafirma a vitalidade e atualidade do pensamento do grande intelectual sardo. Gramsci percebia o conceito de política por duas acepções, como mostrou Carlos Nélon Coutinho (2011). Uma “ampla”, identificada com liberdade e universalidade, ou seja, a práxis capaz de superar a recepção passiva ou a manipulação de dados referentes à realidade. Assim, o autor afirma que “todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, ou seja, que todas elas contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável”. Outra, a “restrita”, conceito próprio da chamada “ciência política”, voltada às relações de poder entre governantes e governados. Essa, para ele, é transitória, o que se percebe na leitura dos textos dos autores do livro aqui comentado. Gramsci não pode ser visto como um “político”, mas, sim, como um crítico da política. Do mesmo modo, Marx não deve ser visto como um economista, ou um “economicista”, e, sim, como um crítico da Economia Política. Do mesmo modo que Marx, ele aponta ao fato de que a dominação burguesa não se sustenta apenas *manu militari*, mas se vale amplamente dos aspectos intangíveis de sua hegemonia. Desse modo, cria-se um “bloco hegemônico” perpetuador da dominação de classe.

Diz Gramsci nos Cadernos (3, 56): “Pretende-se que sempre existam governantes e governados, ou pretende-se criar condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?”. Ele indubitavelmente encampou a segunda alternativa. Denominou como “sociedade regulada” ao comunismo e se preocupou em analisar as relações entre governantes e governados que se foram desenvolvendo na URSS, pensando em como seria a superação de uma “estatolatria”, por “uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isso, seu *autogoverno* entre em conflito com a sociedade política”. Considerava que o Estado-ético, ou sociedade civil, absorveria o Estado-coerção e que isso configuraria a essência do comunismo. Tanto para o italiano, quanto para o alemão, a coerção algum dia seria substituída pelo consenso. Marx não acreditava no *Homo economicus* dos economistas clássicos, ou “vulgares”, mas acreditava no *Homo politicus*, de Gramsci. Com efeito, nenhum dos dois jamais desconsiderou a totalidade em seus escritos.

Do mesmo modo argumentam os autores do livro “Gramsci e a Revolução Russa”:

O professor Domenico Losurdo, que já teve lançado no Brasil seu livro “Antônio Gramsci, do Liberalismo ao ‘Comunismo Crítico’”, abre o volume, mostrando como Gramsci viu a Revolução Russa como uma “revolução contra O Capital”, o que significa ter sido um movimento revolucionário exitoso num país ainda agrário e com fortes resquícios feudais, não uma sociedade industrializada da época. Não é trivial discutir-se o que foi o “comunismo de guerra” e se pode considerar que ele marcou toda a história da União Soviética que, cercada e invadida por potências capitalistas, adotou postura defensiva e desconfiada na maior parte, senão toda, sua existência. O sardo, mesmo identificando o sistema soviético como “cesarismo”, qualificou-o como “progressivo”, por oposição, que não se poderia deixar de fazer, com os cesarismos “regressivos”, os regimes autoritários da Alemanha e da Itália. Para

ele, como para todos os demais autores, as lições de Gramsci são extremamente necessárias na atualidade.

O segundo texto, das professoras Anita Helena Schelesener e Michelle Fernandes de Lima, aborda os escritos de Gramsci de 1917 e 1918, sobre os primórdios da Revolução Russa. Ele estava preocupado em esclarecer as condições em que uma sociedade de capitalismo retardatário (calcula-se que havia apenas 2 milhões de operários num país de 110 milhões de habitantes, o terceiro mais populoso do mundo) teve sucesso em um movimento revolucionário que visava à “verdadeira emancipação das massas”. Gramsci atuava fervorosamente como jornalista a favor da Revolução Proletária, tendo lançado a revista *La Città Futura*, de apenas uma edição, dedicada à juventude. A preocupação com a educação integral, como uma nova prática educativa é acentuada. Por um motivo simples: a luta continua.

A questão da coerência analítica de Gramsci é apresentada no capítulo do professor Edmundo Fernandes Dias, em que demonstra como ele, no período de 1917 a 1921, “trabalhou com elementos teóricos que estarão presentes em toda a sua obra”, vitais para a compreensão do processo revolucionário. A questão da cultura na perspectiva de construção desse processo é enfatizada, bem como sua preocupação em mostrar que muitos marxistas eram mais exatamente positivistas do que dialéticos.

No ensaio da professora Daniela Mussi, a autora igualmente versa sobre as primeiras interpretações de Gramsci da Revolução Russa, 1917 e 1918, apontando que ele, além de procurar situar os acontecimentos em um ponto de vista socialista, também pensava na revolução possível para a Itália. Atentou para a situação das classes populares na Rússia e para a violência burguesa da exploração, que envolvia a guerra. Desse modo, sua análise desse processo lhe deu as bases para a imediata criação da revista *L'Ordine Nuovo*, em 1919.

A Revolução Russa, como o caminho de Gramsci para o Marxismo, é o mote para o texto do professor Marcos del Roio, um dos organizadores do livro, no qual ele mostra como o sardo vai se afastando da influência de Benedetto Croce e se aproxima da análise marxista, pela via de Lênin. Mesmo ainda dispondo de poucas informações, Gramsci redige artigos sobre o predomínio do proletariado na Revolução, sendo, então, influenciado pela visão do francês Georges Sorel (1847-1922), o fundador do sindicalismo revolucionário, e defensor da tese de que a Revolução seria feita pelo próprio proletariado, com a força moral e intelectual adquirida em sua própria atividade cotidiana. Gramsci percebeu a necessidade de uma frente única italiana, pensando em como traduzir a universalidade proposta por Lênin para as terras italianas, do mesmo modo que o líder bolchevique havia feito em relação a Marx, para a Rússia.

O texto seguinte, do professor Eduardo Granja Coutinho, trata justamente de Gramsci como herdeiro de Lênin, e da dificuldade de conciliar teoria e paixão. Com efeito, após a Revolução, o italiano abandona suas tendências idealistas e vai aderindo à concepção materialista e dialética da história. Coutinho pontua oportunamente que Gramsci não se limitou de modo algum à mera tradução de Lênin para as condições da Península. Ele foi desenvolvendo de modo criativo conceitos leninistas. Sua teoria política, aliás, tem como ponto basilar a questão da relação entre paixão e consciência revolucionária, desenvolvendo de modo original a temática relacionada ao entendimento da hegemonia, dos intelectuais e da organização

da cultura.

Nesse aspecto, a “maneira gramsciana” de ressignificar conceitos marxistas dá à sua obra magnitude única, como demonstra o capítulo redigido pelo professor Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. O conjunto da obra de Gramsci mostra uma apropriação não eclética de autores como os já citados Sorel e Croce, além de Maquiavel, De Sanctis, Pareto, Cuoco, Quinet, Kjellén e Michels. Neste texto, é enfatizado como Gramsci conseguiu tratar de noções como a de classes sociais, pensando – e conseguindo – traduzi-las para a vida cotidiana das pessoas, sempre visando à construção de uma nova hegemonia, agora, a dos grupos subalternos.

A preocupação de traduzir nacionalmente os princípios do Materialismo Histórico, uma questão tipicamente leninista, aparece nos Cadernos do Cárcere, na definição de “elementos de trincheiras e casamatas”, como analisou o professor Gianni Fresu, no capítulo “Gramsci e a Revolução Nacional”. Sempre com a certeza da necessidade de ouvir os subalternos, o autor sardo procurou analisar e explicar as lutas sociais concretas, a partir, também, de sua própria experiência de vida, em que conheceu a força das “classes parasitárias” em seu país, e seus mecanismos de manutenção do poder. Percebeu como Mussolini representava todas as características negativas de um chefe carismático, “acostumado a seduzir o povo, mas sem qualquer ligação verdadeira com ele”. Aponta-se no texto a busca da superação da fratura histórica entre dirigentes e dirigidos, atividades intelectuais e funções do trabalho manual-instrumental, como Gramsci viu na realidade italiana de seu tempo.

“A Concepção Revolucionária da Política em Gramsci: Uma análise do Caderno 13”, caderno intitulado em homenagem a Maquiavel, é o nome da contribuição do professor Giovanni Semeraro para o livro, na qual comenta o auge da produção literária de Gramsci, no momento em que se encontra próximo do colapso físico. Este Caderno é o coração da obra carcerária, elaborando a filosofia da *práxis*, apresentada nos Cadernos 10 e 11. Sintetizando, a “vontade coletiva nacional-popular” é a vértebra central da política e do Estado.

Assim, para a discussão das questões táticas envolvidas, o professor Lincoln Secco, em sua contribuição para o livro mostra como Gramsci, além de atento à experiência russa, valeu-se de exemplos históricos notáveis de sucesso de minorias ativas na mobilização de multidões. Foi o caso, por exemplo, de um grupo de 45 cavaleiros húngaros durante a Guerra dos Trinta Anos. Embora a Revolução de Turim não tenha tido êxito, a Russa foi um sucesso. Sobre a vitória numa guerra futura, a guerra total, com amplos recursos tecnológicos, Gramsci sustentou a defesa da validade da “tática”, chegando a imaginar que, num enorme desequilíbrio de forças, mesmo o pequeno principado de Andorra poderia derrotar a poderosa França, bastando produzir “gás e bactéria”.

Completando essa análise, o texto do professor Leandro Galastri (“A Violência Política no Pensamento de Gramsci: Subversão e hegemonia”). Afinal, os bolcheviques mostraram como vencer através da “dimensão anti-institucional no âmbito das lutas das classes trabalhadoras contra o Estado capitalista”. Na obra gramsciana, aparecem passagens historiográficas e teóricas sobre a questão do emprego da violência política. No capítulo, Galastri aponta para a lacuna existente nos estudos brasileiros a esse respeito e apresenta os primeiros resultados de sua pesquisa, em andamento.

Encerrando o volume, o professor Giuseppe Vaca, diretor da Fundação Instituto Gramsci, em Bari, Itália, que já tem várias obras publicadas no Brasil, contribuiu com o texto “A URSS Stalinista na Análise dos Cadernos do Cárcere”. Ainda em meados dos anos 1920, Gramsci se preocupava com a “fragilização do papel revolucionário da URSS” no cenário internacional, uma união colossal de diferentes povos, o maior território politicamente unificado do mundo, ainda devastado pelas perdas da I Guerra Mundial, da guerra civil e da invasão das potências ocidentais. Gramsci observa os problemas teóricos diversos que se apresentavam aos soviéticos até mesmo o fato de que “a teoria do valor não pode ser a base da política econômica em uma economia planificada”. Pensando na URSS stalinista como uma “fase econômico-corporativa do Estado operário”, supõe que a forma política que a caracterizava seria um “cesarismo”, advertindo, porém, que isso seria “uma premissa ideológica controversa”. Pois “se pode dar uma solução cesarista também sem um César, sem uma grande personalidade ‘heroica e representativa’. Em seu lugar, podem cumprir a mesma função ‘partidos políticos inteiros e outras organizações econômicas ou de outro gênero”, especialmente os “governos de coalizão”. Vaca lembra que, para Gramsci, Trotsky foi “o teórico político do ataque frontal em um período em que isso é causa de derrota”. Como Stalin se apropriou da linha para a modernização proposta por Trotsky, Gramsci concluiu que “em última análise prevaleceu um reflexo das condições econômicas, culturais e sociais gerais de um país no qual os quadros da vida nacional eram embrionários e dispersos, não podendo se tornar ‘trincheira ou fortaleza”.

Contudo, não pode haver dúvidas de que, enquanto existiu, a URSS foi um baluarte ao qual movimentos revolucionários e independentistas de todo o mundo recorreram, sendo acolhidos e, frequentemente, tendo suas lideranças protegidas. A análise gramsciana da Revolução Russa é fundamental para o avanço dos estudos políticos em todo o mundo, e “o que fazer?” gramsciano está bem analisado e apresentado, nesse livro de leitura obrigatória. Há muito a ser feito, ainda.

## Bibliografia

COUTINHO, Carlos Nélon. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011

GOMES, Victor Leandro Chaves. **Por que os homens não se rebelam? Aquiescência e Política em Antônio Gramsci**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017